

CRISTIANE DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DE IDENTIFICAR A POLÍTICA PÚBLICA
QUE SE EVIDENCIA NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DAAPAE
DO MUNICÍPIO DE IÇARA**

TUBARÃO, JUNHO DE 2018

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE**

CRISTIANE DE SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DE IDENTIFICAR A POLÍTICA PÚBLICA
QUE SE EVIDENCIA NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DAAPAE
DO MUNICÍPIO DE IÇARA**

Trabalho de Conclusão submetido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde.

Orientadora: Prof^a Dra. Cristiane de Castro
Ramos Abud
Dra. em Educação

TUBARÃO, JUNHO DE 2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Souza, Cristiane

A IMPORTÂNCIA DE IDENTIFICAR A POLÍTICA PÚBLICA QUE SE EVIDÊNCIA NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DA APAE DO MUNICÍPIO DE IÇARA / Cristiane Souza ; orientação de Cristiane Abud. - Florianópolis, SC, 2018.

43 p.

Projeto de Intervenção (Especialização) - Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis.
Especialização em Gestão em Saúde. Departamento Acadêmico de Saúde e Serviços.
Inclui Referências.

1. Deficiência. 2. Serviço Social. 3. Políticas Públicas. I. Abud, Cristiane. II. Instituto Federal de Santa Catarina. Departamento Acadêmico de Saúde e Serviços. III. Título.

**A IMPORTÂNCIA DE IDENTIFICAR A POLÍTICA PÚBLICA
QUE SE EVIDENCIA NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DAAPAE
DO MUNICÍPIO DE IÇARA**

CRISTIANE DE SOUZA

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do Título de Especialista em Gestão em Saúde e aprovado na sua forma final pela comissão examinadora do Curso de Pós-Graduação em Gestão em Saúde do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Tubarão, de maio de 2018

Comissão Examinadora:

Orientadora: Prof^a Dra. Cristiane de Castro Ramos Abud

**A IMPORTÂNCIA DE IDENTIFICAR A POLÍTICA PÚBLICA QUE SE
EVIDÊNCIA NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL DA APAE DO MUNICÍPIO
DE IÇARA**

CRISTIANE DE SOUZA

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do Título de Especialista em Gestão em Saúde e aprovado na sua forma final pela comissão examinadora do Curso de Especialização em Gestão em Saúde do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de junho de 2018.

Comissão Examinadora:



Cristiane de Castro Ramos Abud. Dra.



Karina de Araújo Dias, Dra.

Marcelo Leite Medeiros, Me.

Dedico esse trabalho a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Içara por estar continuamente buscando a excelência no trabalho desenvolvido às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas que estão vinculadas a instituição.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC pela oportunidade de aprimorar meus conhecimentos e melhorar meu desempenho enquanto profissional da área da Saúde. Agradeço a minha família, em especial meu esposo Roni Netto Zanivan por compreender minhas ausências. Grata aos amigos Lucas, Bianca e Gabriela por estarem sempre aptos a fomentarem discussões sobre o tema da especialização mesmo fora do ambiente de trabalho. Gratidão em especial à querida Maryucha que nos acolheu semanalmente e que consecutivamente mediou às dúvidas existentes entre o polo de Tubarão e o polo de Florianópolis.

É difícil aceitar!

Mas é preciso abdicar de algum tempo
para que no futuro você possa desfrutar
do tempo que você ignorantemente
acreditou ter perdido.

SOUZA, Cristiane. **A importância de identificar a política pública que se evidencia no setor de serviço social da APAE do município de Içara, 2018.** Trabalho de Conclusão, Especialização em Gestão em Saúde Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

RESUMO

Este artigo objetiva identificar qual a política pública que mais demanda atendimento no setor de Serviço Social na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Município de Içara pela implantação e uso contínuo de relatório diário de atividades. O setor de serviço de social da entidade tem como objetivo desenvolver estratégias as demais política públicas e segmentos sociais para promover a melhoria da qualidade de vida e a inclusão da pessoa com deficiência. O referencial teórico aborda alguns pontos relevantes que foram elencados para no sentido de estabelecer uma relação com o tema. Foi referenciado parte do texto da Constituição Federativa da República Brasileira de 1988 que descreve a tríade das políticas públicas de Assistência Social, Educação e Saúde, políticas estas que são desenvolvidas nas entidades APAEs. A proposta da intervenção foi de implantar um instrumento de trabalho diário para que fosse possível identificar a maior demanda no cotidiano do nosso trabalho, através da análise dos dados como tabelas, relatórios sobre, etc. Ao analisar os dados coletados nos meses de março e abril de 2018 observou-se que o número de atendimentos que mais aparecerem foi o da política pública de saúde, dessa forma, evidencia-se no setor de Serviço Social na APAE de Içara maior número de intervenções na política pública de Saúde por meio do método estatístico.

Palavras-chave: Deficiência; Serviço Social na APAE; Políticas Públicas.

SOUZA, Cristiane. **The importance of identifying the public policy that is evident in the social service sector of APAE of the municipality of Içara, 2018.** Conclusion, Specialization in Health Management Federal Institute of Education Science and Technology of Santa Catarina.

ABSTRACT

This paper aims to identify the public policy that most demands service in the Social Service sector in the Association of Parents and Friends of Exceptional - APAE of the Municipality of Içara for the implementation and continuous use of daily activity reports. The entity's social service sector aims to develop strategies for other public policies and social segments to promote the improvement of the quality of life and the inclusion of the disabled person. The theoretical framework addresses some relevant points that have been listed for the purpose of establishing a relationship with the theme. Part of the text of the Federative Constitution of the Brazilian Republic of 1988, which describes the triad of the public policies of Social Assistance, Education and Health, policies that are developed in the APAEs entities was referenced. The intervention proposal was to implement a daily working tool so that it was possible to identify the greatest demand in the daily life of our work, through the analysis of data such as tables, reports on, etc. When analyzing the data collected in the months of March and April of 2018, it was observed that the number of appeals that appeared the most was the public health policy, thus, it is evident in the Social Work sector in the APAE of Içara, a larger number of interventions in public health policy.

Keywords: Disability; Social Work at APAE; Public policy

SUMÁRIO

1 Introdução	11
1.1 Tema	12
1.2 Problemática	12
1.3 Objetivo geral	13
1.4 Objetivos específicos.....	13
1.5 Justificativa.....	13
1.6 Referencial Teórico	14
1.7 Políticas Públicas.....	15
<i>1.7.1 Metodologia.....</i>	<i>23</i>
1.7.1.1 Público alvo	24
1.7.1.2 Recursos humanos e materiais	24
1.7.1.3 Resultados esperados.....	24
1.7.1.4 Dados coletados nos meses de março e abril do ano de 2018	24
1.7.1.5 Análise dos dados coletados	26
1.7.1.6 Cronograma de atividades	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
APÊNDICES	33
APÊNDICE A – Representação gráfica do ciclo de políticas públicas	34
APÊNDICE B – Representação do Relatório de atividades diário utilizado para coleta os dados.....	35

INTRODUÇÃO

As políticas públicas surgem para assegurar os direitos dos cidadãos na perspectiva do Estado de Bem Estar Social. Configuram-se por ações, programas, projetos, serviços e benefícios que devem ser ofertados de forma descentralizada e participativa paritária entre o setor público e o setor privado na esfera da União, Estados e Municípios no sentido de diminuir as expressões sociais oriundas do sistema capitalista.

A Saúde se consolidou como política pública no final da década de 80 após a promulgação da Constituição Federal de 1988 por meio da criação do Seguro de Proteção Social que se afirma na tríade Saúde (universal), Assistência Social (quem dela necessitar) e Previdência Social (para quem contribuir).

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs se caracterizam por serem entidades que pertencem ao setor privado e que executa ações com fins públicos. As ações estão planejadas especificamente no viés da política pública de Assistência Social, Educação e Saúde.

A APAE do município de Içara atualmente conta com 57 profissionais, incluindo em sua equipe interdisciplinar (Médicos, Fonoaudiólogos, Assistentes Sociais, Psicólogas, Fisioterapeutas, Terapeuta Ocupacional, Pedagogos) equipe administrativa e a equipe responsável pela execução dos serviços gerais.

A rotina de trabalho da entidade se configura a partir das ações planejadas, assim como, das demandas e situações que surgem espontaneamente. Atende 200 usuários, parte em período matutino e parte no vespertino. Diante destes dados, este projeto de intervenção pretende identificar a política pública que mais demanda a intervenção do setor de serviço social na entidade por meio dos atendimentos que são realizados diariamente, uma vez que, a atual rotina de trabalho não permite identificar a principal demanda.

Todos os dias surgem demandas e situações que fogem da rotina de trabalho do serviço social. Além de fazer os atendimentos e orientações contínuas surgem “imprevistos” que recaem aos profissionais de serviço social como situações graves de saúde e pequenos acidentes com nossos usuários, relatórios aos órgãos de defesa e garantia de direitos que são solicitados em caráter de urgência, eventos na comunidade da qual participamos e etc.

Assim, esses fatores interferem diretamente dificultando a criação de um planejamento e organização da rotina de trabalho.

Considerando que o município não oferece serviço semelhante ao ofertado pela entidade APAE, esse projeto de intervenção pretende identificar a política pública de maior atuação dentro do setor de serviço social da APAE para que se qualifique o trabalho que já é desenvolvido.

Servirá igualmente de base para pensar e planejar novas ações, bem como, articular o trabalho com as demais políticas intersetorias do município.

1.1 Tema

As políticas públicas e o trabalho desenvolvido pelas entidades APAEs. A relevância do trabalho ofertado por essas entidades que apresentam caráter privado, porém prestam serviços de forma pública, bem como, a dificuldade de articular seus serviços, projetos e ações baseados nas políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social.

1.2 Problemática

Qual política pública apresenta maior demanda nos atendimentos e nas orientações para com os usuários e familiares da APAE do município de Içara?

A importância de identificar qual a área de atuação que mais demanda o trabalho do setor de serviço social da APAE de Içara é de suma importância para podermos qualificar o trabalho que hoje desenvolvemos na entidade.

Obter informações precisas por meio de dados registrados possibilitará traçar metas e desenvolver um planejamento de trabalho de acordo com as vulnerabilidades mais apresentadas em nosso cotidiano.

1.3 Objetivo geral

Implantar protocolo de trabalho diário no setor de serviço social da entidade APAE.

1.4 Objetivos específicos

- Categorizar os atendimentos e as orientações;
- Quantificar os atendimentos de acordo com cada política pública;
- Qualificar o trabalho desenvolvido na entidade.

1.5 Justificativa

A demanda de trabalho dentro da entidade se desenha por meio de visitas domiciliares, contatos telefônicos com a rede, orientações, encaminhamentos, escuta qualificada, transferências, matrícula, reuniões com a equipe multidisciplinar promoções de ações socioeducativas, participações em Conselhos Municipais de Direitos e recreio orientado não permite que o setor de serviço social da entidade APAE mensure as demandas pertinentes que perpassam pela rotina dos usuários e suas famílias.

Sem um instrumento de trabalho específico para os registros, preciso e de fácil acesso não é possível identificar ao certo, qual política pública se sobrepõe as demais.

O cotidiano de trabalho se desenha por meio de orientações aos demais serviços do município, encaminhamentos a Benefício de Prestação Continuada – BPC, renovação e pedido da Pensão Estadual da Pessoa com deficiência, Mercado

de trabalho, ações socioeducativas, contato frequente com as unidades de saúde, visitas domiciliares, relatórios, acolhimento e matrículas, escuta qualificada entre outros.

Considerando o fato das entidades APAEs terem relevância na construção sócio histórica do conceito de pessoas com deficiência, de serem entidades pioneiras no atendimento para esse público e por estarem em constante processo de transformação no sentido de acompanhar a evolução dos direitos e garantias da pessoa com deficiência, visualizar os atendimentos realizados no setor de serviço social nos permitirá uma aproximação da realidade da entidade por meio de registros.

1.6 Referencial Teórico

Ao discorrer acerca das entidades APAEs é necessário considerar o contexto sócio histórico e suas contribuições para a formação do conceito de deficiência que hoje utilizamos. Foram muitas décadas de rejeição e exclusão para reconhecimento da pessoa com deficiência enquanto pessoa de direito.

As entidades APAEs foram precursoras da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade ao abraçar algumas bandeiras de luta como a inclusão, prevenção de deficiências, habilitação e reabilitação e preparação das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho e convivência com a comunidade.

Essas entidades, além de desenvolverem um trabalho pedagógico de cunho funcional, realizam atividades atreladas às políticas públicas de Saúde, Educação e de Assistência Social.

Apresentam como objetivo ao desenvolver suas atividades o desenvolvimento da autogestão, protagonismo, autodefensoria e convivência em família da pessoa com deficiência intelectual.

Dentro da organização e divisão administrativa do país temos uma divisão que se caracteriza em setor público e privado. As Organizações da Sociedade Civil fazem parte do setor privado ou também do denominado Terceiro Setor.

Para Coelho (2012), tudo que está na esfera pública precisa resguardar o interesse da coletividade, dessa forma, temos o Estado como “mentor” que necessariamente tem competência para fazer o que a lei determinar em face da primazia do público sobre o privado.

Diferentemente da esfera privada que resguarda os interesses individuais regulando suas ações e suas atribuições naquilo em que a lei não proíbe.

1.6.1 Políticas Públicas

De forma sucinta as políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e iniciativas do Governo que tem como foco o bem comum da coletividade, ou seja, pode considerar-se como um instrumento de planejamento, de racionalização, operacionalização e de participação da sociedade civil.

De acordo com Pereira (2009, p. 287):

A política pública não pode ser confundida com política estatal, ou de governo, e muito menos com a iniciativa privada, mesmo que, para sua realização, ela requeira a participação do Estado, dos governos e da sociedade e atinja grupos particulares e indivíduos.

Para alguns autores a política pública se configura por um mecanismo que:

Fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para as coberturas de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição da pobreza, o combate as desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população (JACCOUD apud BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 107).

Contudo, pode-se perceber que os autores concordam ao afirmar que as políticas públicas são de extrema importância na vida das pessoas, e se tornam ainda mais relevante na vida das pessoas que possuem deficiência considerando o sistema econômico capitalista que apresenta tendência a produção e exploração da mais valia.

Sendo assim as políticas públicas exercem importante papel de proteção social com função de assegurar e garantem os direitos.

A proteção Social segundo o Ministério Social e Combate a Fome (apud JACCOUND, 2009, p. 57) “é um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais” e por meio da Constituição Federativa da República de 1988 passamos a perceber a proteção social como direitos sociais.

A autora Rua (2012), delinea políticas públicas a partir do conjunto das decisões e ações relativas à alocação mandatória de valores envolvendo os bens públicos e se configuram por meio de um ciclo formado por etapas e que ao finalizar se retroalimenta e recomeça novamente.

Nesse caso, as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como um processo contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e atividades de etapas distintas podem ocorrer simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas.

É preciso considerar a relação controversa existente entre o Estado, Governo e o Mercado. Todos estes entes estão diretamente relacionados ao surgimento das políticas públicas na contemporaneidade com um só propósito de assegurar e possibilitar o equilíbrio social.

Coelho (2012), afirma que embora estejamos vinculados a uma sociedade democrática, o Estado é coercitivo e possui poder supremo nas relações. Que a transição do Estado mínimo para o Estado neoliberal foi marcado por um período na qual o Estado somente intervinha naquilo que fosse estritamente necessário para garantir o direito, a liberdade e igualdade dos cidadãos.

O autor define Estado como uma instituição organizada politicamente, socialmente e juridicamente, ocupando um território definido, onde, normalmente, a lei máxima é a Constituição.

O Estado é dirigido por governos que possuem soberania reconhecida tanto dentro do país como fora do país e se materializa através de três elementos indissociáveis sendo eles: Território, Governo, Povo.

Coelho (2012), define Governo como o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma sociedade.

Para Mercado (2012) o mesmo autor afirma que é um sistema de trocas do qual participam agentes e instituições interessadas em vender ou comprar um bem ou prestar ou receber um serviço.

Ao discorrer sobre Direito é mister referenciar o autor Lyra Filho (1982) e sua obra “O que é Direito?” que apesar dos seus muitos anos, é ainda bastante utilizada e faz uma contribuição significativa nas mais diversas áreas do conhecimento.

Reflete acerca das questões que se relacionam ao direito propriamente dito e destaca que:

O direito resulta aprisionado em conjunto de normas estatais, isto é, em padrões de conduta exposta pelo Estado, com a ameaça de sanções organizadas (meios repressivos expressamente indicados com órgão e procedimento especial na aplicação) (LYRA FILHO, 1982, p. 2)

Para Lyra Filho (1982) a exata compreensão do termo Direito não pode desconsiderar todos os aspectos relacionados ao processo sócio histórico e cultural, em que o movimento da legalidade não coincide com o da legitimidade.

Dessa forma, as entidades APAEs desempenham importante papel, pois assumem uma função articuladora entre as pessoas com deficiências e as barreiras encontradas para o acesso aos serviços.

De acordo com a Federação das APAEs (2017) a criação das entidades APAEs foram oriundas da mobilização impulsionada pela Declaração dos Direitos Humanos que expandiu a iniciativa no Brasil e convencionou-se a tratá-la como o Movimento Apaeano.

No Brasil, o termo deficiência começou a ser politizado em meados da década de 1950 com o surgimento da primeira APAE no estado do Rio de Janeiro. Em 1980 as pessoas com deficiência surgem como protagonistas organizam-se em movimentos sociais reivindicando participação nas discussões relativas à deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, grande marco no reconhecimento dos direitos da pessoa com deficiência, é um instrumento que visa dar visibilidade e garantir os direitos das pessoas com deficiência.

Tem o objetivo de assegurar e a promover, condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

O termo pessoa com deficiência vem sendo utilizado nos últimos anos por escolha do próprio movimento social, pelo fato de não se sentirem identificados com expressões anteriores que eram utilizadas: pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoa portadora de necessidades educacionais especiais, pessoa com necessidades educacionais especiais.

Entender como surgiu e porque surgiram as políticas públicas, bem como, as entidades privadas que desenvolvem um trabalho de caráter público, nos permite compreender o caminho percorrido pelas pessoas com deficiência até o momento

em que o Estado se torna consciente que seria necessária sua intervenção (por meio de políticas públicas) para garantir os direitos das pessoas com deficiência.

A Constituição, mais precisamente no caput do artigo 5º aponta o princípio da igualdade ao tratar dos direitos e garantias fundamentais e julga que:

Art 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988. p. 27).

Conforme mencionado, o modelo econômico capitalista que atualmente é vivenciado em mais de duzentos países, incluindo o Brasil, coloca às pessoas com deficiência num patamar de desigualdade. As pessoas com deficiência não fazem parte da massa que alimenta o sistema capitalista de produção, pelo contrário, pelo fato de não produzirem acabam onerando o Estado.

No mundo de produção capitalista o político e o econômico encontram-se cindidos. Coelho (2012) faz uma análise acerca das bases econômicas e das bases: legal, política e ideológica. Essas deveriam se organizar como uma sendo parte da outra, mas, na verdade são vistas separadamente. Essa separação serve para alimentar ainda mais o sistema de produção capitalista.

Lyra Filho (1982) faz uma crítica em sua obra O que é Direito acerca do modelo capitalista de produção. Aduz que as ideologias sociais relacionam-se com a divisão de classes, onde de um lado temos a classe dominante e do outro lado temos a classe dominada.

O princípio da igualdade se afirma na Constituição Federal de 1988 e se consagra nos capítulos de que trata da Saúde, Assistência Social e Educação. No Art. 196 encontramos o princípio da igualdade atrelado a Saúde afirmando que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, p. 73).

Em relação à política de Assistência Social é por meio da equidade que surge a tentativa de promover a igualdade conforme descrito no artigo 203 da Constituição Federal de 1988:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988. p. 75).

No tocante a política pública de Educação o texto da Constituição Federal de 1988 se afirma a partir da seguinte redação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 75).

A Constituição Federal de 1988 carrega consigo implicitamente o princípio da subsidiariedade quando firma que é dever da família, da sociedade e do Estado deixa transparecer que o Estado deve ser o último e não o primeiro a agir.

Atualmente as entidades APAEs desenvolvem suas atividades com base em três políticas públicas sendo elas: Assistência Social, Saúde e Educação e tem como público específico de atendimento às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas.

Outra conquista na garantia e defesa dos direitos para a pessoa com deficiência foi a aprovação da Lei nº 13.146, de julho de 2015 que inclui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência, que depois de nove anos de discussão, foi aprovado no Senado Federal por unanimidade.

O Estatuto assegura os direitos nas áreas de educação, de assistência social, de comunicação, cultura e lazer, trabalho e previdência social, habitação, isenções e incentivos fiscais, direitos civis e ações de combate ao preconceito (BRASIL, 2015).

Na abordagem dos temas relacionados aos direitos e as políticas públicas é relevante considerar as menções que estão postas na Constituição Federativa do Brasil. É importante compreender que esses temas, bem como, as ações e suas respectivas formas de execução estão descritos na Constituição devido ao momento histórico social e político da qual passava o Brasil no final da década de 80.

O conceito de deficiência intelectual se ressignificou ao longo dos anos. Os termos que comumente foram utilizados como retardado, louco, tolo, débil mental ou doente mental ampliou-se a partir do momento em passaram a receber o olhar do modelo biomédico que passou a indicar os níveis de deficiência a partir do Código Indicador da Doença, o CID 10.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V 2014, a deficiência intelectual se caracteriza por ser “transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático”.

Um grande avanço na área da saúde para as pessoas com deficiência foi a disseminação da Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde – CIF. Essa classificação considera fatores ambientais, ou seja, enxerga o usuário na sua totalidade e percebe que o grau de comprometimento da pessoa está relacionado com o meio em que ela vive.

Classifica fatores como: moradia, acesso à saúde, habitação, grau de instrução, meio em que vive, renda familiar, acesso a saneamento básico e aos demais serviços do local onde o usuário reside, percebe a deficiência intelectual como um problema pessoal que necessita a intervenção técnica por meio de tratamentos e cuidados em habilitação e reabilitação em saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde 2004, a CIF faz uma relação entre os fatores ambientais e sociais no contexto da deficiência intelectual. Aponta que a pobreza, a má nutrição materna, a violência doméstica, a falta de acesso ao pré-natal, a falta de cuidados no nascimento, a falta de estimulação adequada para cada período do desenvolvimento da primeira infância estão relacionados ao desenvolvimento das pessoas.

A Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde – CIF apresenta significado social da deficiência:

Os dados de pesquisas baseadas em populações podem ser usados para investigar resultados da igualdade de oportunidades e inclusão social nos termos dos requisitos da Convenção dos Direitos de Pessoas com Deficiências (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013, p. 74).

Essa forma de classificação visa estreitar a relação existente entre o conceito as pessoas com deficiência e de participação social. Fomenta a atuação da sociedade e a criação de políticas públicas inclusivas para que a pessoa com

deficiência consiga ser protagonista da sua própria vida.

Na mesma esteira desse pensando, a autora Rua (2012) traz uma reflexão similar quando aborda o tema na obra referente a Políticas Públicas. Afirma que os aspectos ambientais estão relacionados as necessidades materiais que fazem referência ao nosso desenvolvimento intelectual, cultural e religioso.

Caso não haja a inclusão das pessoas com deficiência elas não conseguirão acessar aos serviços, se não acessarem os serviços não será pensado em espaços com acessibilidade e assim sucessivamente irá se perpetuar o ciclo da invisibilidade e discriminação.

No tocante a inclusão e a invisibilidade a Enap (2017), afirma que:

Apesar de serem muitas, apresentarem diversos tipos de deficiência, e estarem cada dia mais presentes no cotidiano do serviço público, as pessoas com deficiência ainda estão “invisíveis” enquanto sujeitos de direitos (ENAP, 2017. p. 4).

Ciclo da Inclusão de Pessoas com Deficiência



É preciso perceber que todo o avanço no tocante da deficiência ainda é incipiente e frágil. Sabemos que tudo que está assegurado na Constituição, na nossa lei maior, e nas demais normas infraconstitucionais ainda precisam percorrer um longo caminho para que de fato consigam se concretizar para o rompimento do ciclo da invisibilidade.

FIGURA 1 - Ciclo da Inclusão de Pessoas com Deficiência

Fonte: Disponível em: <<http://includer.com.br/2017/06/27/ciclo-da-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 11 maio 2018.

Os usuários com deficiência intelectual na maioria das vezes não ocupam esses espaços, são representados pelas entidades que atuam além na prestação de serviços, no exercício democrático nos espaços de participação como os Conselhos Municipais de Direitos, Ação Popular, Ação Civil Pública e as Conferências.

Os gestores são os autores centrais responsáveis pela melhoria dos espaços públicos e a qualificação dos profissionais que ofertam atendimento as pessoas com deficiência.

Possuem como aliados na implementação das políticas públicas os

indicadores sociais que podem ser entendidos como um instrumento de gerenciamento, avaliação e planejamento.

De acordo Jannuzzi (2012), os indicadores possibilitam Conhecer verdadeiramente a situação que se deseja modificar, estabelecer as prioridades, escolher os beneficiados, identificar os objetivos e traduzi-los em metas e assim, melhor acompanhar o andamento dos trabalhos, avaliar os processos, adotar os redirecionamentos necessários e verificar os resultados e os impactos obtidos.

São subsídios para as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas do governo dando lugar a real condição de vida e bem estar da população.

A era tecnológica na qual vivenciamos pode ser entendida como uma ferramenta ao trabalhar com números, gráficos, percentuais, razões, proporções entre outras.

Por outro lado, é extremamente necessário olhar de forma crítica a conjuntura atual, deparamos com um momento de retrocesso marcado pelo agravamento de algumas expressões da questão social.

O desemprego ou vínculos trabalhistas precários, são tentativas do desmonte da Seguridade social justificada pela suposta crise econômica que contrapõe os direitos e aos valores historicamente adquiridos, a culpabilização dos pobres e das pessoas com deficiência com a criação de critérios ainda mais rígidos na concessão de benefícios distanciando cada vez mais o usuário das condições de dignidade humana e dos direitos fundamentais e sociais.

Se considerarmos essa realidade do prisma das pessoas com deficiência intelectual e ou múltiplas (público específicos das APAEs) é a recusa total de qualquer forma de inclusão e empoderamento.

1.6.1 Metodologia

Este trabalho vislumbra estudos baseados no método estatístico que de acordo com Gil (2009), proporciona meios técnicos adequados para garantir a objetividade dos fatos e fornecer subsídios necessários para uma investigação científica, possibilitando qualificar e aprimorar as ações desenvolvidas no local de trabalho.

O contexto a ser trabalhado terá como sujeito da intervenção o setor de serviço social da entidade APAE do município de Içara.

Será formulado e implantado protocolo de atendimento diário que será o instrumento de trabalho utilizado pelas profissionais de serviço social da entidade. Cada profissional possui carga horária de 28 horas semanais.

A intervenção se dará com a criação do instrumento de trabalho e utilização desse instrumento na rotina de atendimentos diários que ocorrerá nas seguintes etapas:

- a) primeira etapa: discutir junto ao outro profissional a forma de facilitar a rotina de trabalho com um instrumento específico;
- b) segunda etapa: formular o instrumento para o setor de serviço social da APAE;
- c) terceira etapa: já com o instrumento construído, inseri-lo na rotina do processo de trabalho para que seja possível identificar a Política Pública que mais demanda atendimento;
- d) quarta etapa: sistematizar os dados coletados mensurar em forma de gráfico.

A avaliação desse processo, ou seja, a implantação do novo protocolo de trabalho do setor de serviço social se dará através da mensuração da política pública que mais exige a intervenção do setor de serviço dentro da entidade APAE e a partir disso será possível estabelecer um plano de trabalho direcionado.

Para que seja possível evidenciar o foco dos atendimentos e das demandas será necessário fazer uso do método estatístico que concerne ao pesquisador o uso de meios técnicos adequados para garantir a objetividade da intervenção.

1.6.1.1 Público alvo

O Projeto de Intervenção terá como público alvo os atendimentos realizados no setor de serviço social da instituição APAE do município de Içara/ Santa Catarina.

1.6.1.2 Recursos humanos e materiais

Além do material de expediente como papel e caneta será utilizado como recurso material os dois profissionais que atuam no setor de serviço social da entidade na formulação do instrumento de trabalho, bem como, na aplicação sistemática do novo protocolo.

1.6.1.3 Resultados esperados

Após a intervenção almejamos categorizar os atendimentos e as orientações que são ofertados pelo setor de serviço social diariamente e ainda expressar/quantificar os atendimentos em forma de números de acordo com cada política pública.

Dessa forma, acredita-se que trabalho irá ganhar maior qualificação uma vez que, possibilitará pensar novas propostas de intervenção de caráter socioeducativo frente às demandas mais latentes existentes no do setor de serviço social da instituição APAE.

1.6.1.4 Dados coletados nos meses de março e abril do ano de 2018

Os dados coletados foram referentes aos meses de março e abril do corrente ano. Nesse período foram realizados 569 atendimentos. No conjunto desses atendimentos foi considerado aqueles que realizamos junto ao usuário que frequentam a instituição e suas famílias e ainda para aqueles usuários que não frequentam a instituição mais que por algum motivo acabam nos procurando para que possamos atendê-los.

A lei 8662/93 Código de Ética do Assistentes Sociais foi fruto de muito amadurecimento por parte dos profissionais. O atual código faz uma ruptura com o

conservadorismo da profissão e se coloca a abre para uma visão mais crítica e dialética da profissão, nesse sentido o código deixa nas suas entrelinhas que eticamente os assistentes sociais devem prestar atendimento quando solicitado.

Por quanto, no gráfico abaixo podemos observar que a política pública de assistência social demandou o número de 201 atendimentos, enquanto a de Educação 63 atendimentos e a Saúde restou com o número mais expressivo num total de 305 atendimentos conforme exposto no gráfico abaixo.

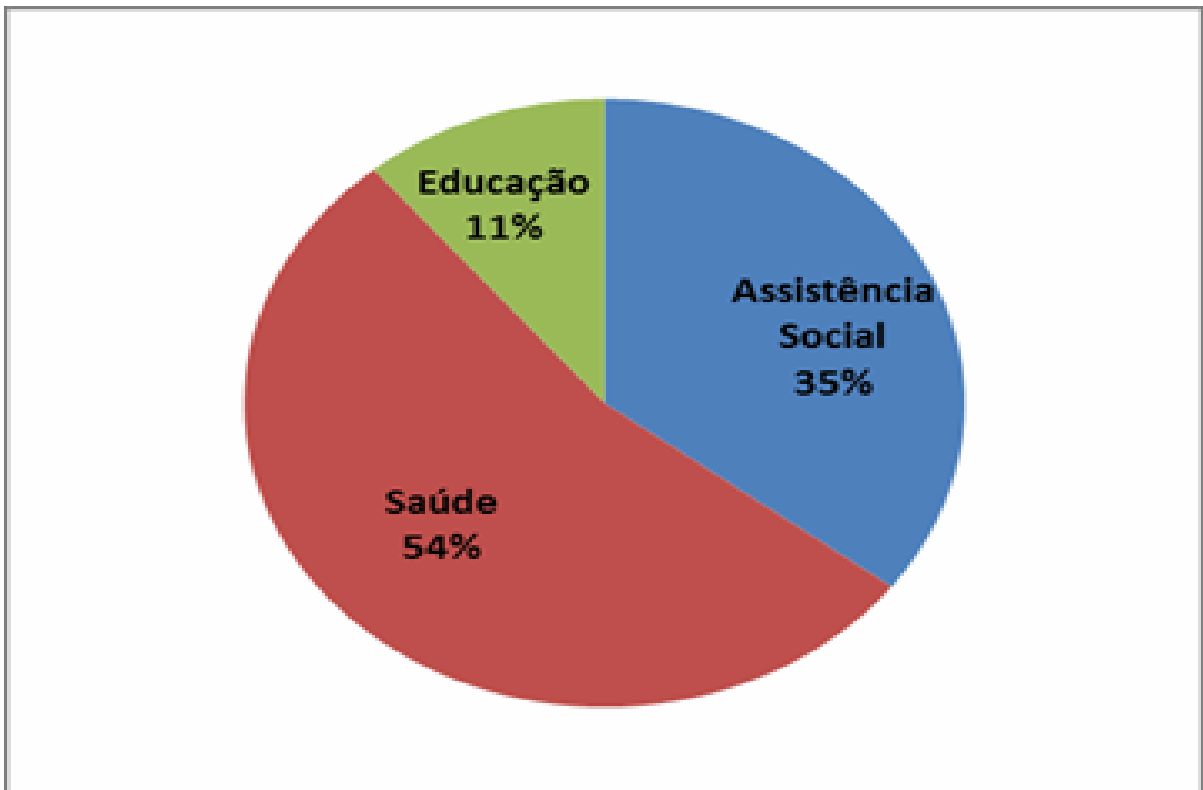


FIGURA 2 - Atendimentos no setor de Serviço Social da entidade APAE.

Fonte: Relatório Diário de Atendimento – setor de serviço social/APAE

1.6.1.5 Análise dos dados coletados

Os dados foram coletados no período compreendido entre os meses de março e abril de 2018. Os registros apontaram a produção de 561 atendimentos que na grande maioria foram oferecidos aos usuários e familiares da entidade APAE e também aos usuários que não frequentam a instituição.

O gráfico traduz o número de atendimento em cada política pública. Podemos observar através do gráfico que o questionamento acerca da maior demanda de atendimento se caracteriza por meio da política pública de saúde com 54%, um percentual bastante significativo se consideramos as outras duas políticas públicas.

Em segundo lugar aparece com 35% a política pública de Assistência Social e em terceiro, porém não menos importante aparece à política pública de Educação com 11%.

Nesse sentido, é importante ressaltar que os atendimentos e orientações realizados frequentemente em cada política pública são:

Na política pública de Assistencial Social:

Benefícios socioassistenciais, especificamente o Benefício de Prestação Continuada – BPC que está regulamentado pela Lei Orgânica de assistência social – Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 que assegura no Art. 20 que:

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993).

Para o acesso deste Benefício a deficiência por si só não garante o acesso. É necessário que usuário se enquadre em alguns critérios estabelecidos por lei como, por exemplo, o critério de renda de um quarto do salário mínimo.

Além do Benefício de Prestação Continuada - BPC temos também a possibilidade de encaminhar e orientar nossos usuários para receberem a Pensão Estadual da Pessoaal com Deficiência. Essa Pensão é regulada em nível Estadual e foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 16.063, de 24 de julho de 2013 e tem como critério a deficiência de grau severo e renda familiar que não ultrapasse mais que dois salários mínimos.

Quanto aos Benefícios socioassistencias de provisão temporária que se caracterizam-se por situações de nascimento, morte, calamidade pública e vulnerabilidade temporária temos um número significativo de encaminhamentos à Entidades Beneficentes que estão regular no próprio município que ofertam cesta básica de alimentos.

Acolhimento e escuta qualificada fazem parte da rotina de trabalho do assistente social dentro da instituição. Caracteriza-se quando da chegada de uma nova família na instituição ou quando a família já possui vínculo com entidade mas

chega ao setor de serviço social com uma demanda diferenciada.

São realizados contatos e encaminhamentos aos órgãos da política de assistência social por meio de encaminhamentos de usuários e suas famílias ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS em situações que necessitem respectivamente de prevenção dos vínculos familiares e de recuperação da violação e do rompimento dos vínculos familiares.

Em relação a participação social no sentido de promover a convivência comunitária e a inclusão social, promovemos atividades e passeios nos espaços públicos que o município oferece.

Para trabalhar questões relacionadas ao fortalecimento dos vínculos familiares entre a pessoa com deficiência, seus cuidadores e a família extensa realizamos de acordo com a flexibilidade do setor de serviço social reuniões, piquenique familiares, almoços e confraternizações.

Além de se trabalhar diretamente com os serviços, programas e projetos que são desenvolvidos no município dentro da política de assistencial social, é desenvolvido um trabalho intersetorial com as demais políticas públicas do município tais como: política de habitação, trabalho e renda, agricultura familiar, educação, infraestrutura entre outras.

O passe livre interestadual é um programa do governo federal que proporciona a pessoas carentes com deficiência a gratuidade nas passagens para viajar entre os estados brasileiros, bem como, o passe livre intermunicipal que dá direito ao usuário a ir e vir com gratuidade dentro do limite do território do estado de Santa Catarina.

Ainda na política de assistência social é muito utilizado como uma ferramenta de trabalho a visita domiciliar que propicia aproximação com a família e criação de vínculo através do reconhecimento da realidade in loco.

A curatela, encaminhamento frequente, é um documento primordial para os usuários maiores de 18 anos. Pois é esse documento, adquirido com o processo judicial que irá resguardar a família quanto aos direitos e atos da vida civil do usuário.

Orientação quanto a isenção do IPI para a aquisição de automóvel, de IPVA e de isenção de IPTU de acordo com as respectivas legislações.

Na política pública de Educação: A entidade APAE recebe o nome “Escola Especial Sonho Dourado” e desenvolve um trabalho pedagógico de caráter funcional. Mesmo tendo um número baixo de atendimentos nessa área.

Como exemplos, desses atendimentos pode-se citar à visita domiciliar em situações de evasão e infrequência, quando após inúmeros contatos telefônicos não

conseguimos conversar com a família.

Elaboração junto à equipe interdisciplinar de relatórios de transferências dos usuários que irão residir em outros municípios.

O assistente social é um membro que compõe a equipe responsável pela matrícula de novos usuários na entidade.

Como atividade socioeducativa o setor de serviço social capacita e mobiliza os serviços e os Órgãos que do município para que a rede esteja preparada para receber as pessoas com deficiência nos serviços sendo capaz de realizar de fato a inclusão.

O profissional de serviços social presta apoio no que a entidade denomina de recreio orientado. Momento em que o técnico da equipe acompanha o intervalo dos usuários e pode observar situações específicas dentro de cada especificidade.

Na política pública de Saúde:

Em relação à política de Saúde o gráfico demonstra que de fato, a demanda bastante significativa. A entidade promove o acompanhamento à pessoa com deficiência, em todo o seu ciclo de vida, tendo como público com idade entre 00 meses até o fim da vida nas mais diversas especialidades, desde a prevenção a reabilitação, com atenção especializada.

As atividades desenvolvidas estão relacionadas principalmente ao trabalho que é realizado de mobilização junto às unidades de saúde de referência de cada usuário dentro do município.

Muitas vezes ao contactar a família para que seja orientada em situações relacionadas a questões de saúde, não obtemos resultados. Dessa forma, repassamos o caso para a enfermeira responsável de cada unidade de saúde na qual, dentro das possibilidades, é agendado uma visita junto ao médico na casa da família. Quando necessário realizamos contatos telefônicos com o hospital.

Orientação e encaminhamento para aquisição de fraldas, medicamentos, processos de medicação, órtese, prótese e cadeira de rodas e carrinhos adaptados.

Para encaminhar os exames e as consultas de especialidades que não são oferecidas no município mantém-se parceria com o setor de Tratamento Fora de Domicílio – TFD da Secretaria Municipal de Saúde.

É realizado encaminhamentos e recebemos usuários do CER – Centro de Especialidade em Reabilitação para pessoas com deficiências no município vizinho.

Famílias são mobilizadas por meio de oficinas e palestras com profissionais da área da saúde para trabalhar questões relacionadas aos hábitos de higiene e asseio pessoal, alimentação e cuidados com o cuidador.

A entidade desenvolve um trabalho de prevenção das deficiências

promovendo palestras e oficinas nas escolas, curso de noivos, empresas, entidades, unidades de saúde que realizam pré natal e acompanhamento as gestantes.

É desenvolvido um trabalho de acompanhamento quinzenal com um grupo de risco na qual é aferida a pressão arterial, peso e verificado a glicemia para os usuários acima de 35 anos.

1.6.1.6 Cronograma de atividades

MÊS/ANO	ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA	PRAZO DE EXECUÇÃO
Outubro/2017	Discussão com o profissional de serviço social quanto ao protocolo de trabalho que utilizávamos	Junho de 2018
Janeiro/2018	formulação do protocolo pelos profissionais do setor de serviço social	Junho de 2018
Janeiro/2018	Início da utilização do protocolo pelos Profissionais	Junho de 2018
Fevereiro/2018	Coleta de dados com o novo protocolo	Junho de 2018
Março/2018	Coleta de dados com o novo protocolo	Junho de 2018
Abril/2018	Coleta de dados com o novo protocolo	Junho de 2018
Mai/2018	Coleta de dados com o novo protocolo e sistematização dos dados	Junho de 2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente projeto de intervenção possibilitou o levantamento de dados estatístico de qual política pública apresenta maior demanda no setor de serviço social da APAE do município de Içara SC.

A obtenção de dados fidedgnos por meio da implantação de instrumento e registro de trabalho permitiu uma pesquisa que despontou o processo de trabalho, bem como, quais os principais desafios encontrados dentro da praxis profissional desenvolvida.

Permitindo que o objetivo proposto na inicial desse projeto de intervenção fosse alcançado ao evidenciar a política pública de Saúde como a que mais demanda atendimento e orientação por parte do setor de serviço social da entidade. Dessa forma, pensar estratégias junto à equipe é uma forma para qualificar o trabalho ofertado aos usuários e familiares que é de grande importância na defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiências.

A referida pesquisa contribui também para a criação de um referencial teórico no campo das Organizações da Sociedade Civil – ONG, mais precisamente nas APAEs que favorecerá a construção de outras problemáticas por meio de um amplo conjunto de pesquisadores.

REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição Federativa da República Brasileira de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 16.063, de 24 de julho de 2013**. Dispõe sobre a concessão de pensão especial e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2013/016063-011-0-2013-001.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

_____. **Federação Nacional das APAES de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.apaesantacatarina.org.br/artigo.phtml/9834>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei 8662/93**. Código de Ética do Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. **Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência**: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 11 maio 2018.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 14 mar. 2018.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: PNAP, 2012.

DSMV. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Proposta de Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência na Enap**. Disponível em:

<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2983/1/Documento%20Base%20Programa_Inclus%C3%A3o_Pessoa_com_Defici%C3%Aancia%20%281%29.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social No Brasil: Debates e Desafios. In: BRASIL. Ministério Social de Combate a Fome. **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 57, 86.

29

LYRA FILHO, Roberto. **O Que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Como usar a CIF**: Um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Versão preliminar para discussão. Outubro de 2013. Genebra: OMS. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/cbcd/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Pra%CC%81tico-da-CIF.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **A Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde (CIF)**. Lisboa: OMS, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Estado, sociedade e esfera pública. In: ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 285-300.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

SANTOS, Gomes de Paula. **O Estado e os Problemas Contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: PNAP, 2012.

SOCIALIZANDO Sociologia. Disponível em:

<<http://socializandosociologia.blogpost.com.br/2015/oraganizacao-politica-de-um-pais.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Representação gráfica do ciclo de políticas públicas



FIGURA 3 - Representação gráfica do ciclo de políticas públicas

Fonte: Elaborada pela autora Maria das Graças Rua (2012)

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / IÇARA
 RELATÓRIO DIÁRIO DE ATENDIMENTO - SERVIÇO SOCIAL - MÊS REFERÊNCIA: 04/18.

DIA	NOME	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
02	Serastão Falcomon		Recruta	
02	José Paulo Brasil	Passo livre		
02	Saia By		Recruta	roupas/uniforme macho
02	Luiz Missel	Passo livre		
02	Relatório Plano CUBCA	Print		
02	Ana Talita / Sônia		Piscina	
02	Ana Talita		Dentista	
02	Antônia Pacheco	Primeira Etapa conferência		
02	Raimeri de Souza	Passo livre		
02	Marianna Paes		Dentista / Psiquiatra	
02	Rodrigues M. de Jesus	Passo livre		
02	Sophia Victoria G. Antunes		Emo. ouvid. ICFD	
02	Richard A. Paz			Pilha mãe
02	Apres da Rosa de Jesus	Passo livre		
03	Julia, Alexandre e Eduardo - Conversa psicóloga			
03	Renata Laurindo		Recruta	
03	Raimeri de Souza	Informações passo livre		
03	Ana Talita	Seleção no vó		
03	Marianna Paes		CEO - dentista	
03	Ana Talita Ferronides		CEO - dentista	
03	Silvia Landim		dentista hospital	
03	Maria E. Estevão		dentista hospital	
03	Somário Rodrigues	Passo livre		
03	Estagiário Serviço Social			
03	Ambulatório materno-infantil Tubarão		Consulta cl. dentista	
03	José Miguel	- Retorno laudos	consulta dentista	

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / IÇARA
RELATÓRIO DIÁRIO ATENDIMENTO - SERVIÇO SOCIAL - MÊS REFERÊNCIA: 04 / 2018.

DIA	NOME	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
03	Carimbo e assinatura SES		Saúde	
04	João Miguel	- Conversa sobre saúde dentista	Saúde	
04	Eric Arcano		Consulta	
04	Simara	Mist Social - informações sobre transfusão		
05	Reunião Equipe			Educação
05	Consulta no posto		Saúde	
05	Claudia Marguti	- Conversa Bionca, Silvana, Sônia saúde		
05	Edir		aparatos auditivos	
05	Gustavo Mendes		Consulta médica	
05	M ^a Vitória da Rosa		Consulta médica	
05	Mariza Gomes		" "	
05	João Nóbis		Consulta médica	
05	Isidoro			tema discutido
09	Terezinha Pereira		cadastro farmácia medic.	
09	Paulo André	BIC	Processo med + receita	
09	Silson Moatin	Passo livre		
09	Maria Laura de O. Mendes	Passo livre		
09	Renato Cardoso	Passo livre		
09	Rodrigs da Silva	Orientação renovação tempo		
09	Sire - Feirig	Carteira de trabalho		
09	Adriano Cândido Borges	Processo carro - orientações		
09	Vitória Leonin Bombarde		Passo primeira data dentista	
09	Orientação comunicada	Passo livre		
09	Formação Municipal -	hoje sobre cadastro de Terezinha Saúde		
09	Bibethi Epuma -	Carteira de trabalho		
	Educação Especial p/			
	Trabalho			

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / IÇARA

RELATÓRIO DIÁRIO DE ATENDIMENTO - SERVIÇO SOCIAL - MÊS REFERÊNCIA: 04/18.

DIA	NOME	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
09	Isadora Lima - Ruínas cl pai			Torneo de distância
09	Rodrigo da Silva	Orientação e conferência documentos Pimão Estado		
10	gabriel Lencio	Processo carro	Consulta médica	
10	Antônio Luiz Mendonça	Processo Pimão Estado	Consulta psiquiatra	
10	Alce Franca		consulta psiquiatra	
10	brayan Tonati		Consulta "	
10	Nickeli		Consulta psiquiatra	
10	Mica Cipriote	Documento crianças		
10	gabriana	Passo livre		
10	Santaria de Educação			CEI Chapuzinho Formelles
10	Andressa Maria Alves	Passo livre		
10	M ^o Paulo de O. Mendel	Passo livre		
10	Sophia		Levar pl fazer exames	
10	Tomazinho S. Sicute		Receita psiquiatra	
10	Fundação Catarinense	Informação passo livre		
10	Nilton Macopin	Passo livre		
10	Simone CAS - Nilton da Glória		Pielros	
10	Ramil Diana /		"	
10	Lauro Siqueira		Consulta neuro	
10	Conversa Mhuon, Pedro,			
10	Alexandre Siqueira		Pronto atendimento / cardiologista + receita	
11	Naile Bis		Consulta psiq.	
11	Maria Rucia Santos	Passo livre		
11	gabriela Formelles	Passo livre		
11	Luiz Felipe Inacio Andrade		com. psiq.	
11	gabriel C. Berges	Processo carro para a Bianca		
11	Guarini Luiz Jorge			Retorno APAE

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / IÇARA

RELATÓRIO DIÁRIO ATENDIMENTO - SERVIÇO SOCIAL - MÊS REFERÊNCIA: 04 / 18.

DIA	NOME	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
11	José Thomé Ferreira		Orientações médicas	
11	Maria Laura Kesting		Bebidas na boca	
11	Karine - Anquilosada	Assist social processo carro	Orientações	
12	Reuniões técnicas			Educação
12	Rodrigo da Silva	Processo Pensão Estado		
12	José Maria Juarez		Comportamento	
12	Anízia	Pensão Estado		
12	Maria Laura Kesting		Infeção urinária	
12	Adriano C. Borges	Processo carro ligação		
12	José Luiz Morais		Consulta psiquiátrica	
12	Separação dos dentes		Saúde	
12	Fátima Estivas		Consulta psiquiátrica	
16	Naila By		Resultados	
46	Bão Batista			Não vem esta/dia
16	Lilic de Lacerda	Documentos processo Pensão Estado		
16	José Carlos Araújo	Carteira posse livre		
16	Guilherme E. Martins	Carteira posse livre		
16	Adriana Fernandes	Carteira posse livre		
16	M ^{rs} Laura de Oliveira Mendes	Carteira posse livre		
16	Rodrigues Martins Rufus	Carteira posse livre		
16	Overalacé	Passei orientações document. 16.		
16	Anízia Ambrósio	Processo Pensão Estado		
16	Sandra Regina Pessoa	Orient. + agend. Pensão Estado		
16	Adriano Cândido Borges	" + " " "		

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / IÇARA

RELATÓRIO DIÁRIO ATENDIMENTO - SERVIÇO SOCIAL - MÊS REFERÊNCIA: 04 / 18.

DIA	NOME	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
17	Alcides B. Gomes	Orient. irmãos		
17	Soncilino B. Gomes	Orient. irmãos		
17	Adriano C. Borges	Orient. irmãos		
17	Duque	Passo livre		
17	Kellen	Passo livre		
17	Sílvio Heleno B.			Matrícula
17	Carla			Orient. equipe
17	Everaldo	Orient. irmãos		
18	✓ Separação dos postais novos		Saúde	
18	Matheus -		Busquin e livro comunitários	
18	Everaldo R. Condado	Passo livre - orient. e informações		
18	M ^o Eduardo Estevão		Arbitragem médica + retorno	
18	Alda assist. social	APAE de Orleans - Pmão Estado		
18	Marizete		Hospital Santa Catarina - vídeo de glutose	
19	José Nunes		Saúde	Está em jejum pelo p/c
19	✓ Email hospital	Santa Catarina		
19	Sophia S.O. Antunes	Passo livre		
19	José A. Pereira	Passo livre interstadual		
19	Pitua	Passo Carro		
19	Elizabeth - CRAS	Acesso pelo livre - CRAS		
19	M ^o Laura de Oliveira	Passo livre		
19	Lívia de Lencó	Irmãos do Estado		
19	Alcides	" "		
19	Santilino	" "		
19	Ana Talita	Rifa e piolho	Saúde	
19	Everaldo	Retorno ao Estado		

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE / IÇARA

RELATÓRIO DIÁRIO ATENDIMENTO - SERVIÇO SOCIAL - MÊS REFERÊNCIA: 04 / 2018.

DIA	NOME	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
23/4	Seravio Pacagnon	Suita domiciliar		
23/4	Maisis Stalk		agend. de consulta	
23/4	Geui Leoncio		agend. de consulta	
23/4	Saulo Byj		Saber do retorno	
23/4	M ^{rs} Laura Kesting		Passo pl Enx esta cl/ pioles	
23/4	Aus Talita		" " " " cl/ pioles comersu 2x 10.	
23/4	Gustavo Borges	Precurso carro		
23/4	Arriane Conrado Borges	Precurso Pmão Estado		
23/4	Albi Machado		tomou novo tres medicaco	
23/4	Gustavo Mendes	Delegacia - mais tratos		
23/4	Pone		Serv. Sociais otimas boica - Kits e palatin.	
23/4	Lucias Urbano	Cadins de nodal		
24/4	Bara Gudi	" " "		
24/4	Gustavo Mendes	Passo info. Andruca sobre delegacia mais tratos		
24/4	Albi	" " "	solu consulta novo	
24/4	Planos de pao	Assist.		
24/4	Relatório de atividades	Assist.		
25/4	Monica	Encontro Projeto convivência familiar		
25/4	Ailton	" " "	"	
25/4	João Nunes	" " "	"	
25/4	Sergio Pasquale	" " "	"	
25/4	Wilson	" " "	"	
25/4	Alcides	" " "	"	
25/4	Nazareno	" " "	"	
25/4	Saulo Byj		Quer saber data retorno	
25/4	M ^{rs} de Graça	" " "	"	
25/4	Alexandre	" " "	"	
25/4	Queli			

